

A recente assinatura de um acordo de cessar-fogo entre o Governo e a UNITA aumentou as expectativas dos cidadãos angolanos em relação ao futuro de Angola. Se, por um lado, se anseia pelo cumprimento desse acordo, por outro lado, são enormes as expectativas relacionadas com o superar da crise económica e a melhoria das condições de vida das populações.

Depois de uma guerra de longa duração que destruiu o país (a todos os níveis) e mutilou muitos milhares de angolanos, muito se tem falado a respeito das consequências para Angola desse cessar-fogo. Mas será que, desta vez, cumprirão os signatários aquilo que acordaram? Até que ponto estão criadas as condições políticas e psicossociológicas que permitam o respeito incondicional pelo cessar-fogo? Haverá agora, acima de tudo, respeito pelos anseios da população?

Vou aqui procurar responder a estas perguntas, na medida em que é possível fazê-lo.

Para isso, vou socorrer-me (entre outros) de dados obtidos em três pesquisas de opinião realizadas junto de habitantes da cidade de Luanda, em Outubro de 2000, Setembro de 2001 e Abril de 2002¹.

As expectativas dos Angolanos

Em primeiro lugar, devemos indagar-nos em que medida terão realmente aumentado as expectativas dos Angolanos com a assinatura do mais recente acordo de cessar-fogo.

Se em Setembro de 2001 apenas 4 por cento dos Luandenses apontavam o final da guerra para esse ano ou o seguinte (portanto, até 2002), já em Abril de 2002, esse número aumentou para 64 por cento, sendo que 49 por cento consideravam que a guerra já tinha terminado e os restantes 15 por cento estavam convencidos de que terminaria ainda no decurso do ano de 2002 (veja-se o Gráfico 1).

Portanto, logo após a assinatura do último acordo de cessar-fogo, cerca de dois terços dos habitantes da cidade de Luanda passaram a considerar

próximo o fim da guerra em Angola. Metade considerava que a guerra já tinha acabado realmente.

Podemos considerar três grupos de habitantes de Luanda, no que respeita à opinião acerca do final da guerra.

O primeiro grupo é composto pelos mais optimistas, que consideram que a guerra já terminou ou termina no decurso do ano de 2002. Como já se disse, de Setembro de 2001 a Abril de 2002, este grupo passou de 4 por cento para 64 por cento dos habitantes da capital angolana. Integram-no, portanto, dois terços dos Luandenses.

O segundo grupo é composto por pessoas com relativo optimismo, ou seja, os que consideram que a guerra ainda não terminou de facto, mas terminará nos próximos dois anos. Este grupo mantém a mesma dimensão: 13 por cento em Setembro de 2001 e 14 por cento em Abril de 2002. A diferença é estatisticamente insignificante e enquadra-se na margem de erro das amostras.

O terceiro é o grupo dos mais cépticos, os que acham que a guerra em Angola se arrastará ainda por mais algum tempo. Se, em Setembro de 2001, os mais cépticos correspondiam a 44 por cento, em Abril de 2002, o seu número baixou para 17 por cento. Trata-se de uma diminuição significativa, que atesta mudança de opinião com a assinatura do acordo de cessar-fogo.

Mas há ainda um quarto grupo de pessoas que não pode deixar de ser considerado. Trata-se daqueles que não possuem opinião ou não aceitam emití-la². Se, em Setembro de 2001, este grupo era integrado por 39 por cento dos habitantes de Luanda inquiridos, logo após a assinatura do cessar-fogo passou a ser de apenas 6 por cento.

Atendendo à falta de tradição democrática em Angola, pode adiantar-se a hipótese segundo a qual fazem parte deste último grupo alguns dos mais cépticos, que preferem não emitir opinião. Portanto, na pior das hipóteses, o grupo dos mais cépticos atingiria 23 por cento.

Em conclusão, pode dizer-se que enquanto nove meses antes da assinatura do mais recente acordo de cessar-fogo havia em Luanda uma supremacia de indivíduos sem opinião acerca do final da guerra e de pessoas cépticas,

após a assinatura desse acordo o optimismo passou a ser a tónica dominante.

O aumento vertiginoso do grupo de optimistas deve-se à diminuição dos cépticos e de quantos não emitiam opinião acerca do final da guerra em Angola.

O grau de optimismo aumenta com a diminuição da idade e do grau de instrução do Luandense e com o facto de residir nos subúrbios da capital. Portanto, os mais cépticos são os que possuem um grau de instrução acima do básico (oito classes), idade acima dos 30 anos e residem em bairros urbanos de Luanda. O sexo não diferencia significativamente este tipo de opinião.

Pelo que acabámos de comprovar, o recente acordo de cessar-fogo trouxe realmente o aumento do optimismo em relação ao final da guerra em Angola.

As razões do optimismo

Em segundo lugar, devemos perguntar-nos por que razão terão aumentado as expectativas dos Angolanos na dimensão mencionada. É que nos últimos 11 anos foram assinados outros acordos de cessar-fogo (com preparação mais cuidada, inclusivamente), que não foram cumpridos. Porque será que se anseia pelo cumprimento do mais recente acordo? Que razões estarão na origem disso, se a história recente demonstra exactamente o contrário?

O que se passa é que existe agora um elemento novo a considerar: o recente acordo de cessar-fogo surgiu na sequência da morte em combate do líder rebelde, Jonas Savimbi. Foi exactamente Savimbi quem optou pelo argumento das armas para alcançar o poder político, isto depois de o seu partido ter sido derrotado aquando das eleições gerais de 1992³.

O desejo de Jonas Savimbi era o poder político absoluto, não olhando a meios para o alcançar. Gorada que foi a hipótese de alcance legítimo do Poder, o recurso foi a opção armada, que (tal como se sabe) não era defendida por todos quantos integravam a direcção da UNITA. Mas a forte personalidade do líder e a forma autoritária como dirigia a UNITA faziam sempre vingar a sua opção.

Com a morte do líder carismático da UNITA, a opção armada foi posta de parte pelos seus seguidores.

Esta é também a convicção da maioria dos habitantes de Luanda. A pesquisa de Abril deste ano dá conta de que 91 por cento dos inquiridos considera haver consequências positivas para Angola com a morte de Savimbi, 80 por cento dos quais apontam o final da guerra como consequência desse incidente.

Um novo cenário político

Com o fim da guerra abrem-se novas perspectivas para Angola.

Em primeiro lugar, vem a necessidade da renovação do poder político. As últimas (e, até hoje, únicas) eleições gerais realizaram-se em 1992. Isso significa que se começarão proximamente a preparar as próximas eleições legislativas e presidenciais.

É interessante constatar aqui que, mesmo antes do mais recente acordo de cessar-fogo (em situação de guerra, portanto), metade dos habitantes de Luanda que responderam a inquéritos acerca deste assunto, em Outubro de 2000 e Setembro de 2001, considerava que as eleições se deveriam realizar mesmo em clima de guerra ou sem se alcançar uma paz efectiva⁴.

Os dados acerca desse assunto constam do gráfico 2. Tal como se pode aí verificar, com o decorrer do tempo aumenta a esperança de uma mais rápida renovação do poder político. Mas a maior diferença de opinião nesse espaço de 13 meses tem a ver com a diminuição da ausência de opinião (de 40 por cento para 5 por cento). Tendo aumentado a expectativa em relação ao final da guerra (já em 2001), os cidadãos consideravam necessário pensar-se na renovação do poder político, apontando em maior grau um prazo para a realização de eleições gerais.

Esta a opinião dos habitantes de Luanda até Setembro de 2001. Neste momento, acredita-se que o número de pessoas que, em Luanda, apontariam os anos de 2003 ou 2004 para realização das próximas eleições gerais, seja superior aos 76 por cento que em 2001 apontavam os dois anos seguintes.

Para quando, então, as próximas eleições gerais em Angola?

Neste momento, não se pode responder a esta pergunta com exactidão. Tendo em conta a necessidade de novo registo eleitoral, está fora de hipótese a realização de eleições em Angola em 2002. Na melhor das hipóteses, elas poderão ocorrer em 2003.

Se houvesse eleições neste momento, seria indiscutível uma vitória do MPLA e do seu presidente. Neste momento, com a UNITA fragilizada e sem líder⁵, apenas o MPLA possui apoiantes em número suficiente para o conduzir ao Poder.

Quanto aos demais partidos políticos, trata-se de forças com pouca expressão demográfica e normalmente sem lideranças carismáticas. Os partidos que ganham alguma expressão, conseguem-na quando se tornam satélites de qualquer dos mais importantes – MPLA ou UNITA.

Apesar de se falar muito (sobretudo no exterior de Angola) a respeito de forças políticas emergentes da sociedade civil, a verdade é que se trata de movimentos circunscritos ao meio urbano angolano – e mesmo aí, sem qualquer expressão demográfica significativa.

Cabe à direcção do MPLA a marcação da data das próximas eleições legislativas. Pelo que acabámos de dizer, quanto mais cedo elas se realizarem, maior a probabilidade de o MPLA as vencer novamente.

No que respeita às eleições presidenciais, a questão não é tão linear. Nas áreas urbanas, José Eduardo dos Santos surge neste momento como o mais forte candidato à vitória. Já no meio rural, acredita-se que se mantenha por algum tempo a predominância do voto étnico.

Mas tudo dependerá da forma como Eduardo dos Santos conduzir os destinos políticos de Angola até à altura da realização das próximas eleições presidenciais. Estou convencido de que a decisão de manutenção no Poder de governantes comprometidos com a guerra e com a corrupção, e as políticas sociais que o Governo angolano venha a implementar a partir de agora, constituirão o principal mote das decisões de voto no meio urbano.

Um último aspecto relacionado com as próximas eleições presidenciais tem a ver com a hipótese de Eduardo dos Santos se retirar da cena política. Trata-se de uma decisão já tomada, que pode entretanto ser reconsiderada

em função daquilo que venham a decidir os órgãos da Direcção do MPLA. Este aspecto é fundamental, uma vez que, a confirmar-se a sua retirada (e não havendo sequer tempo para o seu substituto assumir uma liderança efectiva, unindo os vários grupos que se venham a formar na luta pela presidência do MPLA), é de prever que um bom número de votos que seriam destinados neste momento a Eduardo dos Santos passe para alguma figura histórica do MPLA que decida concorrer fora deste partido. Tudo dependerá da forma como o MPLA venha a superar a «crise» que se instale com a eventual saída do seu presidente.

As condições do desenvolvimento

Finalmente, espera-se que o cessar-fogo traga consigo a almejada estabilidade económica e a melhoria das condições de vida das populações.

Acabando o argumento lógico segundo o qual boa parte das receitas do Estado tinha de ser encaminhada para o sector da defesa, é de prever que se passe a investir mais no sector da assistência social, na educação e assistência sanitária, assim como na agricultura, indústria e transportes.

Mas um aspecto primordial tem a ver com a forma como se encara o Poder. Se, por um lado, é preciso que se promova a competência (o que nem sempre acontece, como se sabe), por outro, deve combater-se a corrupção, ao mesmo tempo que se incentiva a independência dos tribunais.

O reforço da autoridade do Estado deve aliar-se à transparência no exercício do poder político. Com estas divisas, penso estarem reunidas as condições para Angola rumar em direcção ao desenvolvimento, prevenindo e ultrapassando convulsões sociais próprias do pós-guerra.

NOTAS

¹ Não pretendo, de maneira alguma, fazer crer que os habitantes da cidade de Luanda representam todos os Angolanos. O que se passa é que existem apenas dados a respeito da opinião dos habitantes de Luanda, que representam um quarto dos habitantes de Angola. Deve acrescentar-se que a maioria dos líderes e fazedores de opinião se encontra exactamente na capital. No que respeita às pesquisas indicadas, são todas elas representativas dos habitantes da cidade de Luanda com idade acima dos 15 anos. Quanto às amostras, nas duas primeiras

utilizou-se o método de amostragem por quotas, enquanto na última se utilizou um método de amostragem aleatória, todas elas estratificadas segundo o meio de residência. A maior margem de erro das três amostras é de 5,5 por cento. Os resultados da última dessas pesquisas foram publicados no semanário luandense *Angolense* (n.º 182, de 11 de Maio de 2002).

² Para além de pessoas sem opinião, é preciso recordar que num país como Angola, sem tradição de pesquisa e sem tradição democrática, é comum haver pessoas que temem emitir opinião, receando eventuais represálias. As pesquisas até aqui realizadas demonstram essa tese, que se reforça substancialmente quando a pesquisa aborda temática de natureza política.

³ Enquanto a UNITA perdeu para o MPLA nas eleições legislativas, Jonas Savimbi perdeu para Eduardo dos Santos na primeira volta das eleições presidenciais, tudo apontando para uma vitória deste último na segunda volta.

⁴ Para que quem nunca viveu em Angola compreenda este tipo de opção, recorda-se que a maior parte dos Angolanos não sabe o que significa viver em paz (sem guerra). As vitórias das Forças Armadas Angolanas, nos anos 2000 e 2001, estavam a confinar a guerra a áreas localizadas, o que (no entender dos cidadãos) conduziria ao cessar-fogo e possibilitaria a preparação de eleições.

⁵ Em África, é comum os líderes políticos oporem-se à preparação de sucessores, temendo criar nestes a ideia de antecipação da altura em que (no entender dos líderes) devem assumir o Poder. A UNITA (tal como, aliás, o MPLA) não é excepção a esta regra.